

ATA DA 01ª REUNIÃO DO COMITÊ TÉCNICO DE EDUCAÇÃO IRB- TÉCNICOS - 08/03/2023

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO - Tudo bem amigos? Boa tarde a todos! Sejam todos muito bem-vindos de volta. Que bom vê-los todos, todas as pessoas aqui. Inicialmente, eu quero cumprimentar as mulheres por esse Dia Internacional das Mulheres. Que ele signifique para vocês todas as conquistas que as mulheres tiveram, não sem muito esforço, esforço que não deveria ser necessário, mais que houve. Nós precisamos lembrá-lo, homenagear aquelas que nos precederam e foram responsáveis por todas as conquistas. E desejar que todas vocês que hoje estão aqui sejam beneficiárias de todos os direitos de forma igualitária que nós desejamos para nossa sociedade. Então, parabéns a vocês mulheres, que Deus as abençoe e que recebam todo o merecimento, tudo que merecem de bom nesta vida. Isso está estendido para as mulheres daqui, viu? Eu acabei não fazendo isso com as daqui, porque a gente vai chegando e tratando dos problemas, por isso que nós demoramos aqui. Então me perdoem por isso também. Eu não vou me alongar muito nessa saudação inicial, para passar a palavra imediatamente ao BID, que nos pediu vinte minutos dessa reunião, para apresentar o projeto que eles estão liderando, o levantamento que estão fazendo, que gostariam da nossa colaboração para obtenção de informações. Então vou passar a palavra pra Daniele Nascimento, que é do BID e está aqui conosco, hoje. Agradecer à sua presença e nos colocar sempre à disposição. Fique à vontade para fazer a apresentação.

A SR.ª DANIELLE NASCIMENTO - Obrigada, Rodrigo! Obrigada a todos e todas aqui presente. Parabéns também às mulheres! Hoje temos aí um grupinho convidado para interromper um pouquinho a pauta de vocês, mas a gente vai ser bastante breve. Eu sou Daniele Nascimento, sou consultora do BID, da divisão de educação do BID aqui no Brasil. E hoje, aqui na reunião temos conosco a Ana que é do Profissão Docente, que também é parceira nessa pesquisa (falha transmissão). Temos o Gregory, que é o economista chefe da divisão, e temos os especialistas de educação, também. Temos aqui a Graciela e João. Então vou passar rapidamente a palavra para o Gregory se

apresentar e falar um pouco da pesquisa para vocês e depois eu complemento com o que propomos aqui realizarmos juntos. Gregory, se você quiser falar.

O SR. GREGORY ELACQUA - Sim, desculpa. Não sei se vocês me escutam. Escutam? A internet aqui não está muito boa. Muito obrigado, é um prazer. Também parabéns para as mulheres. Para mim, que tenho a maioria de colegas mulheres é sempre uma honra poder trabalhar com elas. Parabéns para todas daqui, que também são maioria aqui. Na educação a gente trabalha com muitas mulheres de excelente nível. Eu vou passar a palavra para Danielle, para que ela explique a pesquisa. Mas a ideia da gente, no BID, tem uma agenda de trabalho e de pesquisa para a América Latina, não só para analisar e compreender como os instrumentos mais efetivos para selecionarem os professores nos concursos, mas também quais são os mecanismos mais efetivos e mais eficazes para alocar os professores efetivos e temporários, e também para transferências de professores efetivos e temporários. Isso é algo que a gente está trabalhando bastante no Brasil, com as redes e também na América Latina, particularmente no Equador, Colômbia, Chile e Peru. Então a gente está organizando em parceria com o Profissão Docente uma pesquisa para analisar, porque tem muito pouca informação sobre isso nas redes municipais no Brasil. Então, a gente está organizando uma pesquisa com o Profissão Docente para poder (falha transmissão) - me escutam agora? - sobre os instrumentos para selecionar os professores nos municípios, particularmente nos concursos, mas também os professores temporários, e também os mecanismos que utilizam para publicar as vagas e para poder alocar os professores efetivos, os professores novos, os professores temporários e, finalmente, para transferir os professores durante o ano. Muitas redes têm muitas solicitações para transferir professores, e fica muito difícil para as redes fazerem. Então a gente quer aprender como fazem e (falha transmissão) - desculpe, estou no hotel em São Paulo, e não está funcionando muito bem minha internet - para poder identificar boas práticas em Brasil e entender como fazem hoje em dia, e compartilhar essa experiência com outras redes municipais para (falha transmissão). Minha internet está muito ruim. Vou passar a palavra para Danielle poder complementar e explicar um pouco mais em detalhes a pesquisa em terreno. Daniele.

A SRA. DANIELLE NASCIMENTO - Estamos em missão. Estamos fora do nosso local de costume de trabalho. Eu troquei aqui a internet para ver se segue tranquilo para vocês. Bom, basicamente, nessa linha que o Gregory comentou da linha de investigação e da agenda de seleção e alocação docente, isso é uma pauta grande na América Latina e no Caribe. Isso tem muitas evidências, já que vem sendo investigadas nos países e muitas experiências de países quem tem melhorado esses processos de seleção e locação. E por que que a gente olha para eles? Isso faz parte e toda uma linha de trabalho de eficiência. Então, dentro da educação, quando a gente for olhar para a linha de gastos com educação sabemos que é umas das maiores despesas ali, da política educacional, especialmente a pública, é com o pessoal. E dentro de pessoal, uma das maiores despesas que a gente tem é com folha de pagamento dos professores. E tudo isso é influenciado, não só essa parte de deficiência, mas também a parte da equidade, tudo isso é influenciado pela forma como as redes vão selecionar e alocar esses professores. Então, o que a gente tem visto nas últimas pesquisas, é que por mais que os países tenham, e o Brasil se encaixa nisso, por mais que eles tenham um processo organizado, tenham legislações que vão ali direcionar como que você faz essa seleção de docentes, especialmente os efetivos, mas também os temporários, quando a gente chega nos níveis estaduais e nos níveis municipais, que é na hora de colocar isso em prática, a gente vê bastante ineficiência, bastante discricionariedade. E a gente falou, “bom, vamos olhar para o Brasil com um carinho maior e uma atenção maior neste ano”. Por quê? Além do nosso tamanho, estamos falando aí de um continente, praticamente, que é o Brasil. Os estudos que a gente tem feito nos outros países fazem muita parte de levantamento de dados, levantamento documentais, e, pela primeira vez, a gente está trazendo essa experiência de investigar a seleção e alocação de docente, para um nível de escala. Então essa pesquisa, pela primeira vez, está sendo aplicada numa escala país, e o Brasil foi o primeiro escolhido para a gente fazer essa investigação. Para onde a gente olha? Para toda essa linha de produção que envolve a seleção e alocação docente. Então, quais são os critérios que os estados utilizam nos seus concursos? Eles têm ali umas orientações, mas quem usa a prova prática? Quem usa apenas a prova objetiva? Como eles são selecionados? Como eu levo esses professores pra a escola? Eu respeito a preferência desses professores, ou não? Com que frequência eu faço esses concursos públicos? Com que frequência eu faço a contratação de professores

temporários? E depois coloco esses professores, se eles estiverem insatisfeitos, eles se movimentam na rede? Eles pedem transferência? Porque isso também acaba sendo uma forma de ineficiência, né? Porque se você não aloca bem seus professores, lá na frente eles vão acabar pedindo transferências e pedindo movimentações. Então, com esse olhar de entender o que as redes fazem, a gente montou essa pesquisa que foi feita com um pesquisador aqui do Brasil, esse instrumento. Nós validamos esse instrumento do ano passado, fizemos com uma amostra de municípios, e agora está na nossa fase de escalar. Só que escalar significa alcançar os municípios e a gente quer dar a oportunidade que todos os municípios e todos os estados participem dessa coleta. E aí a gente chegou junto ao Profissão Docente até vocês pra trazermos mais pessoas para essa mobilização. No fundo, o que a gente precisa, é fazer com que esses estados e municípios conheçam essa pesquisa e se engajem nessa pesquisa, e todos os parceiros que têm acompanhado o BID nesse projeto é um compartilhamento de conhecimento. Todo esse banco de dados é compartilhado com todas as equipes envolvidas. Depois isso vira um relatório, vira uma nota com boas práticas e a gente tem um grande diagnóstico nacional que pode, aí sim, ser levado como exemplo para outros países. E a gente pode começar discutir o Brasil em nível regional. Então, mais uma vez, essa pesquisa está sendo inédita; é a primeira vez que ela está sendo feita numa coleta em escala, e pretendemos fazer isso em duas fases, inicialmente com uma amostra de 500 municípios nos primeiros meses, e depois expandir isso, ainda em 2023, para todos os estados e municípios. Então, Rodrigo, não sei se você quer abrir pra pergunta de alguém, que alguém tem alguma questão. Quero agradecer também à Paula, que fez essa articulação junto com a gente, a Paula do Espírito Santo. Compartilhamos com toda equipe, depois vocês podem solicitar acesso, o desenho dessa pesquisa com mais detalhes e também o passo a passo de como a gente chegou aonde a gente está hoje. Eu vi que a Adrissa levantou a mão.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO - Danielle, muito obrigado pela apresentação! Eu vi que a Adrissa levantou a mão. Então eu não tenho o direito de escolher abrir pra perguntas ou não, porque se eu não der a palavra pra ela eu vou ser cassado. Então, por favor. Antes da Adrissa falar, eu só queria pedir que a Paula desse uma informação.

A SRA. PAULA SABRA - Esses documentos que a Danielle falou, já estão disponíveis lá no nosso grupo do Comitê Técnico. Se eu não me engano, foi no final de fevereiro que eu postei, umas duas semanas atras. Mas vou reencaminhar no grupo que aí. Olha aí, Eliane já repostou, atualizado.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO - Adrissa, por favor!

A SR.^a ADRISSA M. CAMPELO - Primeiramente, boa tarde a todos e a todas! Eu gostaria de saber sobre essa pesquisa, se vocês – eu ia perguntar do material, mas a Eliane já reforçou que reencaminhou lá no grupo pra dar uma olhada. Eu fiquei com uma dúvida em relação à pesquisa, se a intenção é aplicar um questionário somente ou se teria algum outro tipo de análise pra gente meio que confirmar, assim seria um trabalho parecido com que a gente fez com o IEDE, com o D3E. Assim, a pergunta é primeiro para o Comitê Técnico, se a ideia seria utilizar os tribunais pra divulgar, pra mobilizar os municípios, cada Tribunal de Contas tentar fazer isso dentro do seu âmbito de atuação ou se a ideia seria que, de fato, enfim, os auditores, os técnicos participassem da pesquisa em si, como vinha sendo feito com o IEDE, com o D3E? A primeira pergunta seria essa, para o Comitê.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO - Eu vou passar pra Paula responder, Adrissa, porque teve uma pactuação antes da reunião, então a gente já dá o informe pra vocês.

A SR.^a ADRISSA M. CAMPELO - Tá. Obrigada!

A SRA. PAULA SABRA - Cumprindo aquele nosso combinado de não surgirem fiscalizações sem que houvesse consenso nosso, o que a gente conversou, eu, a Danielle e o Gregory, foi que a gente saber o apoio deles pra divulgação. Então seria mais esse apoio de passar lista de contatos, auxiliar, se tiver algum município ou alguma rede que estiver com dificuldade de acesso, a gente ajudaria a fazer esse contato. Mas não haveria nenhum tipo de validação ou atuação *in loco* nosso, parecido com o esquema do IEDE.

A SR.^a ADRISSA M. CAMPELO - Entendi.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO - No que for possível também, Adrissa, a gente poder estimular, porque a gente sabe que vocês têm uma rede, um contato próximo com essa rede educacional, se for possível estimular. Porque ter esse conhecimento será importante pra, no futuro, a gente também organizar fiscalizações nossas na direção de acompanhar, de acompanhamento das carreiras e até de proximidade das carreiras. Porque a distorção entre elas muitas vezes atrapalha com que a gente faça, tenha ações estruturadas entre redes estadual e municipais. Enfim, então o estímulo pode ser importante também.

A SR.^a ADRISSA M. CAMPELO - Interessante! Obrigada pelo esclarecimento! Então, diante do que vocês estão apresentando agora, pergunto se de repente não poderia ser o caso de a gente, como Comitê - aí eu não sei exatamente a gente quem, né? - vocês decidiriam fazer tipo um plano de comunicação? Pra gente ir disseminando, pra ficar mais centralizado e, vamos dizer, cada equipe, cada representante do seu Tribunal de Contas, o Comitê Técnico, já tivesse meio que uma cartilha, uma orientação geral de como disseminar essa pesquisa junto aos seus municípios, pra não ficar, tipo, cada um fazendo uma estratégia? Não sei se seria possível de repente pensar em uma estratégia de comunicação comum, entendeu? Só algumas sugestões, já que a ideia seria a gente se limitar a fazer essa divulgação, e tal. Então, talvez fosse uma boa forma de a gente evitar duplicação de esforços e seguir pelo menos um parâmetro comum. E aí quem puder fazer mais, faz mais, e quem não puder, pelo menos garantir fazer o mínimo pra tentar alcançar o máximo de municípios possível. É só uma sugestão. Depois, qualquer coisa a gente pode até conversar. Não sei o que os colegas pensam a respeito, mas acho que a gente já conseguiria dar um bom encaminhamento pra nós com relação a essa pesquisa.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO - Vou tentar fazer... Só colocar um complemento, Adrissa, se você me permitir e se os colegas articuladores concordarem. Nós temos, Danielle, na nossa organização, um grupo de articuladores deste Comitê que trabalha cada um na sua região do país, fazendo contato com os Tribunais de contas, e Adrissa é uma delas. Então, se você nos encaminhar o

material da pesquisa, nós podemos reencaminhá-lo nesse grupo e trabalhar essa comunicação, até se precisar fazer alguma coisa adaptada, como a sugestão da Adrissa, a gente faz e encaminha para os Tribunais por meio dos articuladores, Adrissa, se for esse o nosso melhor método, né? Como é só uma colaboração externa, então poderíamos ficar assim. Tudo bem, Daniele?

A SRA. DANIELLE NASCIMENTO - Isso é excelente, está super alinhado com que a gente estava pensando, Adrissa. Então a gente prepararia esses modelos pra vocês de comunicação, talvez uma carta informativa ou um bilhetinho, caso seja pelo whatsapp, porque às vezes esses contatos são pelo whatsapp. A gente ter esse pacote, obviamente, todos abertos pra, caso vocês falarem “ah, esse território é melhor mandar por e-mail, esse território é melhor mandar pelo whatzap” vocês tenham esses documentos, tenham essas ferramentas pra compartilhar. E, obviamente, querem tirar uma coisa do texto ou melhorar, vocês podem ficar à vontade. É um questionário online, ele é autorrespondido, e o nosso foco principal é chegar na pessoa certa. Porque a gente sabe que quem tem domínio disso é a equipe de gestão de pessoas. Então, a gente sabe que o principal da pesquisa chave, dessa pesquisa, é chegar na pessoa certa. Então, acho que vocês que têm esse braço articulador, é exatamente isso que a gente estava pensando. Está bem alinhado mesmo.

A SR.ª ADRISSA M. CAMPELO - Legal, Danielle! Deixa eu dar só mais uma sugestão diante do que você falou. E já que vocês acham que, se vocês puderem já meio que dar uma organizada nessa informação de vocês pra gente poder direcionar, melhor ainda. E mais do que isso, de repente dar um foco pro material do público-alvo que seriam os nossos Tribunais de contas, porque querendo ou não, a gente tá representando aqui. Mas como essa comunicação vai ser via Tribunal de Contas, a gente também precisa explicar, ou pelo menos ter alguma explicação para o nosso Tribunal de Contas do que é esse trabalho. Então teríamos dois públicos- alvos. Seria uma comunicação para o nosso Tribunal, pra dizer, falar desse trabalho, porque que é importante essa colaboração dos Tribunais com BID, enfim, do Comitê Técnico, e o outro foco para o público-alvo da pesquisa. Então, só pra também ter um ... de repente se vocês conseguirem passar o material com esse duplo foco, acho que também ajudaria a gente,

porque, querendo ou não, a gente está aqui como representante do Tribunal, mas a gente tem que passar, às vezes, por alguns caminhos burocráticos que vão demandar uma articulação interna também. Não só o Tribunal como os jurisdicionados, mas ...

O SR. GREGORY ELACQUA - Adrissa, desculpa! Só tenho uma pergunta sobre o que você acaba de falar. Que tipo de informação? Uma informação mais técnica para vocês e depois um guia para poder explicar as redes? Como você está ...

A SR.^a ADRISSA M. CAMPELO - Isso, seria nesse sentido, vamos dizer assim, uma informação mais pra mobilizar o nosso próprio Tribunal, apesar de que isso vai acabar acontecendo pelo Comitê Técnico, não é conselheiro Rodrigo? Mas de toda forma, e outro, enfim, com o olhar mais para o jurisdicionado, pensando a gente como canal de informação. A gente vai ser disseminador dessa pesquisa. Ah, e outra coisa que eu achei importante que vocês trouxeram, falaram que essa base de dados vai poder ser acessada por nós. Então, por exemplo, essa é uma informação que ajuda a gente a mobilizar o nosso Tribunal de Contas nessa divulgação dentro, por quê? Porque a gente percebe que a utilidade da informação não vai ser somente para o BID, mas também é uma produção de informação que pode ser útil pra nós Tribunal de Contas. Então, acho que são esses argumentos que ajudam a gente a mobilizar internamente o nosso Tribunal a fazer essa divulgação. É isso.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO - Naila, depois eu vi que a Priscila, levantou, e baixou; e depois Fernanda. Naila com a palavra, por favor.

A SR.^a NAILA GARCIA MOURTHÉ – Boa tarde a todos! Peço desculpas aí se for redundante a pergunta, uma vez que pode já tá descrito aí no documento que foi disponibilizado neste momento. Mas, então até agora que estou entendendo que são informações auto declaratórias. Cada município, o objetivo central, a pessoa é o secretário de educação ou quem ele determina? Então o objetivo é ter um respondente exclusivo em cada um dos municípios? Como foi feita essa proposta de que no primeiro momento sejam atingidos 500 municípios, pra depois ser atingido? Já tem um desenho aí dessa estratégia? E a última questão é se já foi feito o contato, se o foco for

exclusivamente o secretário de educação, que tipo de contato que o BID também já estabeleceu via União Nacional dos Dirigentes Municipais, se ele já foi feito e em que ponto a gente poderia contribuir nesse sentido? Ficou claro?

A SR.^a DANIELLE NASCIMENTO - Ficou sim, Naila. Muito obrigada! Sua leitura tá correta. A gente tá em busca de um representante de cada secretaria, e especialmente ou secretário, a pessoa designada pela gestão de pessoas. A gente sabe que em municípios muito pequenos, acaba sendo a própria figura do secretário, ou da sua equipe mais próxima, mas em outras secretarias um pouco maiores, a gente tem a figura da gestão de pessoas. Então, sim, a gente tá em busca de uma única pessoa. Essa estratégia de ter primeiro um grupo de 500 municípios, a gente pilotou isso com 21, só pra gente testar questionário se o foi validado. Mas a ideia de ter esses 500 iniciais é a gente ter um grupo num prazo um pouco mais curto, que a gente já consiga ter um primeiro retrato de análise dados. Porque a gente sabe que ofertar para os cinco mil, logo de cara assim, isso leva tempo pra conseguir os primeiros dados, porque a gente ainda tá mobilizando toda a rede. Então, a gente decidiu fazer uma pequena mostra de 10% de municípios para um primeiro contato. Mas, obviamente, a gente pode discutir com vocês se é eficiente ou não, mas que já daria pra gente um primeiro retrato. Então 10% dos municípios já tem informações suficientes pra gente começar a fazer as primeiras análises e as primeiras estatísticas. Foi uma decisão mais estatística pra gente ter números logo no início e não precisar esperar meses ali para os primeiros resultados. Respondi tudo?

O SR. GREGORY ELACQUA - Só pra complementar, a base de dados que perguntou Adrissa, poderemos disponibilizar pra vocês pra que seja útil uma ferramenta pra vocês também.

A SR.^a DANIELLE NASCIMENTO - Exato.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO - Vou passar a palavra....

A SR.^a NAILA GARCIA MOURTHÉ - Só um minuto conselheiro ... com a Undime?

A SR.^a DANIELLE NASCIMENTO - Isso. A gente tá com esse contato em paralelo com outras organizações também. A gente ainda não formalizou nada com eles diretamente. Eles apoiaram um pouco na parte de piloto. Mas com as nossas mudanças políticas aí recentes, a gente sabe que quando movimentada, acaba movimentando os municípios também. Então a gente aguardou um pouquinho essa primeira movimentação de início do ano para antes de voltar essa conversa com eles. Então, até o momento a gente não tem pactuado certinho o papel deles, ou como a gente seguiria junto com eles. Temos uma pequena aproximação, mas estamos esperando esse cenário político dar uma assentada com as equipes e tudo mais, pra irmos em busca da pessoa certa.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO - Desculpa Naila, pela cortada aí, indevidamente. Fernanda com a palavra.

A SR.^a FERNANDA DE MOURA RIBEIRO NAVES - Oi, pessoal! Boa tarde, tudo bem! Sou Fernanda, aqui do TCM-GO, articuladora regional aqui do centro-oeste, do Comitê Técnico de Educação. Primeiro, parabenizar os colegas que são aí da Bahia, foi um congresso incrível. Fiquei muito satisfeita de conhecer alguns colegas. A Paula estava lá, o Gilson, o Bartolomeu. Eu vim reforçar as palavras da Adrissa, pela experiência da pesquisa de diretores da Atricon e o D3E, em que fiquei encarregada de fazer esses contatos com os colegas, inicialmente. Então, no momento em que fui aplicar o piloto, o que ocorreu, como sou assessora do conselheiro Fabrício Motta, e ele estava na organização da pesquisa, ok, ocorreu tudo bem. Aí na medida em que aconteceram as primeiras reuniões, foi justamente o que a Adrissa falou, foi necessária uma comunicação da Atricon para todas as presidências dos Tribunais de contas pra explicar a relevância da pesquisa, a importância dos resultados da pesquisa, e solicitar a designação de um auditor pra que aplicasse o questionário. Em alguns casos, eu apliquei mais de um questionário. O que ocorreu? Houve dificuldade até mesmo de se encontrar as pessoas que seriam responsáveis, uma dificuldade inicial assim, até uma questão que foi pontuada na última reunião, que estou numa fase de relatório final da pesquisa, uma dificuldade até nos sites, sites desatualizados. Então, a gente ligava em outros setores da prefeitura pra achar aquele local inicial. Então realmente são questões que demandam um tempo ali do auditor, achar a pessoa correta pra aplicar a pesquisa. O

questionário, mesmo demorava de duas a três horas, precisava ser gravado. Então tinha um passo a passo. E o D3E fez essa orientação nossa por escrito. Primeiro foi feito um comunicado pra todos os Tribunais de contas, e o D3E fez um cartilhinha mesmo, da forma que a Adrissa sugeriu, fez uma cartilha com o passo a passo que o auditor deveria seguir pra que encontrasse a pessoa, preenchesse ali a planilha – existia uma planilha compartilhada – e como deveria proceder com o questionário. Então é mesmo um reforço às palavras da Adrissa, que à medida que tivermos esses documentos, esse passo a passo, é como se diz, seguir receita de bolo, será bem mais fácil assim. E é isso, pessoal.

A SR.^a DANIELLE NASCIMENTO – Perfeito, Fernanda! Só um pequeno complemento. O questionário, ele é autorrespondido online. Então vocês não precisariam aplicar o questionário, não tem um manual de instrução pra aplicar. Mas acho que é só esse ponto, e os seus pontos são totalmente relevantes. Acho que a gente vai sim munir vocês da documentação necessária pra compartilhar, enfim. Se vocês sentirem falta de algum público específico ou tiver alguma particularidade de algum território de um estado, a gente também pode adaptar esse material para aquela região ou para aquela situação.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO - Obrigado, Fernanda, pela participação! A Adrissa está com a mão levantada, mas como ela é uma reincidente, vamos passar pra Priscila, primeiro, depois volta pra Adrissa.

A SR.^a ADRISSA M. CAMPELO - Já ia pedir pra fazer isso, conselheiro.

A SRA. PRISCILA LIMA DE CASTRO - Obrigada, conterrânea! Obrigada, conselheiro! Boa tarde, gente! Prazer em reencontrá-los. Eu fiquei com uma dúvida, Danielle, quando a Fernanda falou, porque a gente não vai atuar aplicando, né?, mas a gente sabe que os municípios têm muitas dúvidas nas questões mais básicas, eles têm muitas dúvidas. Então a minha pergunta é: vocês terão um contato pra que eles tirem essa dúvida? Era só isso.

A SR.^a DANIELLE NASCIMENTO - Sim, a gente vai ter uma pessoa específica tratando das dúvidas. Tem um contato do whatsapp, tudo certinho. Então, em caso de dúvida, eles podem, sim, entrar em contato. Essa pesquisa tem um coordenador específico, vai ser o Pedro, ele não pode estar aqui, hoje. Mas o Pedro vai ficar responsável por toda

essa coleta, mas estarei acompanhando de perto também. Vamos ter sim a pessoa de referência.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO - Adrissa.

A SRª ADRISSA M. CAMPELO - Obrigada, conselheiro! Com relação aí, entrando um pouco mais com uma dúvida com relação ao levantamento. Estou visualizando isso meio como um levantamento, tá?, essas informações, essa aplicação do questionário de vocês. Eu te pergunto, Danielle, vocês têm a ideia, é que vocês captem a informação, assim, formal, vamos dizer assim, o que a gente vê muito na prática, assim, dentro do trabalho de auditoria é que muitas vezes, formalmente, as coisas deveriam acontecer de determinada forma. Mas na prática, na hora de a gente ver a operacionalização do que tá posto formalmente, por exemplo, numa seleção ou numa lotação de professores, uma modificação de lotação, é que existe uma previsão que, muitas vezes, formalmente descrita de uma forma, mas na prática, quando a gente vai questionar os professores, quando a gente vai tentar confrontar informações pra ver como a realidade se mostra, fica diferente. Vocês têm, dentro dessa pesquisa que vão fazer, essa consciência da limitação da informação que vocês vão estar pegando desses municípios, se vocês querem informações mais formais? Porque assim, querendo ou não, a gente enfrentou em vários dos trabalhos que a gente fez de apoio como do IEDE e da D3E, a gente enfrenta muito um dilema do conflito de agência, que a gente chama no controle externo, em auditoria, a gente chama de conflito de agência, que é justamente o fato de a pessoa que vai prestar informação é responsável pelo o que ela tá falando, só que ela pode ser prejudicada de alguma forma a depender do que ela vai responder a você. Então a tendência é que ela responda o que ela quer ouvir. Por isso é importante fazer uma circularização de informação. Então, não sei como vocês veem esse levantamento, esse questionário que querem aplicar. Não sei se vocês têm algum cuidado específico diante dessa limitação de informação mesmo, né?

Comentado [MHF1]:

A SRª DANIELLE NASCIMENTO - Sim. É muito pertinente esse ponto. A gente montou esse questionário pensando exatamente na prática, exatamente no que acontece no dia a dia. O papel do diagnóstico é entender a realidade. A gente sabe que não é capaz de cobrir todos os assuntos, 100% dos assuntos, de seleção e locação docente. Mas a

gente tá em busca de informações de como o processo efetivamente funciona. Vou te dar um exemplo. Se perguntar para as redes se elas usam o estágio probatório, elas vão dizer que sim. Porque o estágio probatório é obrigatório, vai dar 100% pra todo mundo. É diferente de vocês perguntarem pra eles, por exemplo, uma vez feito o estágio probatório, eles usam essa informação como uma medida de qualidade e acompanhamento pra outro espaço? Então a gente tá em busca dos detalhes. Se a gente perguntar se ele faz, se utilizam instrumentos avaliativos para os professores, certamente vão dizer sim. Mas o questionário tá em busca de quais? Então você usa prova, usa prova prática, é um instrumento, é uma banca externa? Então a gente tá nos detalhes. Esse instrumento é pra trazer pra gente um retrato da realidade. Aí sim, a partir daí, com esses dados, obviamente a gente vai descobrir alguns territórios que vale a pena, futuramente, dar um passo dois. Seja um território que tá muito moderno, e a gente quer aprender com eles e entender o que eles estão implementando de eficiência, de inovação dentro da seleção e alocação docente, seja um território que a gente identifique problemas. Tipo “olha, esse grupo aqui tá muito precário, tá muito distante, como a gente pode ajudar a atuar?”. Então é esse retrato. Mas, sim, a gente tá em busca dos detalhes e a gente foi tomando cuidado com as questões pra gente captar a realidade e não de forma a protocolar o que eles esperam fazer.

A SR^a ADRISSA M. CAMPELO - Legal! Obrigada!

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO - Eu vou passar a palavra novamente pra Naila, pedindo a vocês pra quem quiser ainda fazer um questionamento, faça, pra gente ir finalizando esse ponto da nossa pauta. A Danielle e o Gregory, nós temos o contato, se a gente precisar outras vezes entraremos em contato em conversa. Mas como precisamos finalizar esse ponto de pauta, eu vou passar pra Naila. E quem quiser mais, assim com o Alípio fez, eu passo a palavra em seguida pra gente finalizar esse ponto de pauta. Tá bom! Naila, por favor!

A SR.^a NAILA GARCIA MOURTHÉ – Obrigada, conselheiro! Primeiro, o critério de seleção que foi utilizado pra esses 500 municípios, uma vez que Minas Gerais tem 853, ou seja, que tipo de critério vocês utilizaram pra essa seleção, se já tem um calendário

já estipulado, e se, porventura, o questionário que foi proposto exige inclusão ou não de documentação comprobatória de algumas informações? Obrigada!

A SR.^a DANIELLE NASCIMENTO – Não, o questionário não precisa de informação. Então ele é totalmente fechado. É só autodeclaração. Os 500 municípios, a gente inicialmente pensou pra uma abrangência nacional. Então a gente pensou em selecionar um por microrregião do IBGE, de forma que a gente tenha um pequeno representante de cada microrregião, por isso que dá 500, por isso que dá mais ou menos esses 10%. E aí, esses 10% especificamente, mais uma vez, pra gente ter um primeiro retrato, e já ter informação pra gente começar a refletir sobre ela. De calendário, pra esses 500, a gente pensou inicialmente, e obviamente tá aberto e a gente pode discutir isso em detalhes depois. Mas entre março e abril, meados de abril, até o final de abril, a gente conseguir inicialmente mobilizar esses 500, e a gente pode seguir acompanhando. Analisar esses dados para que no segundo semestre a gente amplie pra todo o Brasil, a partir de junho, a gente ampliar pra todo o Brasil. Mas é um calendário que, mais uma vez, como a gente tá envolvendo instituições parceiras, isso pode ser mapeado e comentado com todos vocês, se isso conflitar com alguma agenda, a gente tem flexibilidade de atender da melhor forma possível para que as pessoas sejam envolvidas, mas sem comprometer também as próprias instituições.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO - Alípio!

O SR. ALÍPIO DIAS DOS SANTOS NETO - Olá! Boa tarde a todas! Danielle, só uma dúvida mesmo, se você puder esclarecer rapidamente, em relação ao objetivo da pesquisa. Eu dei uma lidinha aqui *breathing* rapidinho, e da sua fala, você falou um pouco da questão do gasto em educação. Realmente educação é pessoal, é intensivo, o gasto maior é com pessoal. Inicialmente, eu pensei, vendo as perguntas também que estava relacionado com a qualidade docente. Então é entender um pouco melhor qual é, de fato, o objeto da pesquisa e como isso pode ajudar as redes em termos de eficiência no gasto em si, já que a legislação diz mais ou menos ali qual vai ser o pagamento dos professores, quando ele entra na carreira, independente, vamos dizer assim, da qualificação que ele tenha. Inicialmente, eu pensei que estava realmente focado na qualidade docente de quem era selecionado.

A SR.ª DANIELLE NASCIMENTO - Obrigada, Alípio! Bom, a parte da eficiência do gasto é nosso grande plano de fundo, na verdade ela é a nossa grande motivação de se aprofundar nisso. Porque temos dentro da área de educação todo esse gargalo dos setores públicos. Isso não é uma particularidade do Brasil, isso acontece em toda a América Latina e Caribe. Então fomos motivados por essa pauta. Só que uma vez feita essa motivação, né?, de vamos olhar para um dos maiores recursos que existem dentro da educação. Se estamos falando de eficiência da educação, a gente tem que olhar para os recursos, e o maior deles, disparado, e o mais importante tá ali dentro dos professores. A partir dessa motivação, a gente resolveu fazer o diagnóstico. Bom, dado que a gente tem regras claras, e que as vezes não podem mexer nas regras, elas não estão na alçada de discutir essas regras, vamos ver o que está dentro da alçada delas, que é como elas estão fazendo os processos de seleção de professor, ou seja, como que está entrando esse recurso humano, e como estou alocando na rede, pra onde estou levando esse recurso humano e como movimento ele dentro da rede. Então entendendo como esses professores chegam, permanecem e se movimentam, a gente busca entender, assim, qual é o retrato desse funcionamento. Então o plano de fundo tem o gasto, mas a gente quer entender essa movimentação; dado que as redes estaduais e as redes municipais não vão ter alçada de discussão de salário de professor e tudo mais. Mas tem total, ou parcial, independência em distribuição do seu recurso humano. Então o nosso ponto é chegar aonde as redes têm poder de atuação, que é a distribuição de seu recurso humano. Então, na prática é uma forma indireta de a gente acompanhar a eficiência, não diretamente sobre o gasto. A gente tem pauta de discussão de gasto de educação, mas são de outras alçadas. Junto com as redes a gente quer entender. Bom, o que você pode fazer, como você tem feito. É basicamente isso.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO - Danielle, muito obrigado pela sua participação! Gregory, muito obrigado pela participação, e também colegas que participaram aqui perguntando. Nós disponibilizamos o contato da Danielle no grupo de whatsapp, então todos têm o contato dela. Se precisar fazer contato, fiquem à vontade pra fazê-lo diretamente. Queria informar a todos que nós temos uma minuta desse acordo sendo analisado pelo setor jurídico do IRB, para fazer a cooperação de maneira formal. Mas eu queria fazer um pedido, Danielle e Gregory,

que acho importante fazê-lo na presença de todos os colegas dos Tribunais de contas, que aqui estão. Por muitas vezes, nós colaboramos com grande esforço, porque mesmo que não tenha uma atuação de fiscalização nossa de acompanhamento mais específico, tenho certeza de que pelo comprometimento que esses servidores têm com a política de educação, haverá um empenho grande para que nós cheguemos ao nosso resultado. E por muitas vezes há divulgação desses resultados, e os Tribunais de contas não figuram como apoiadores, como realizadores. Então, pra nós, será muito importante em todos os espaços. E até no próprio sistema, se vocês puderem colocar uma nota, uma menção de alguma forma que há o apoio dos Tribunais de contas, pra nós vai ser muito importante. A sociedade brasileira ainda desconhece o nosso trabalho, ainda desconhece o nosso papel, apesar de estarmos fazendo muito esforço pra que haja conhecimento da sociedade de que nós exercemos aqui o controle em nome deles, em nome de cada um dos cidadãos e cidadãs brasileiras. Mas ainda há um desconhecimento muito grande. E nessas parcerias, é importante que a gente manifesta pelos nossos parceiros o apoio que tem recebido dos Tribunais de contas. Sei que poderei contar com isso, nós conversamos a esse respeito, mas gostaria de fazê-lo publicamente na presença dos nossos colegas, pra que eles também testemunhem nosso compromisso com essa necessária manifestação de apoio do trabalho que eles exercem nas nossas parcerias. Tá bom?

O SR. GREGORY - Muito obrigado! Só para dizer muito obrigado desde o BID. E vocês podem contar com isso. A gente vai reconhecer e podemos discutir como agradecimento, a gente está flexível. E muito agradecido a vocês pelo seu apoio para coletar essa informação importante para as políticas públicas. Muito agradecido!

A SR.ª DANIELLE NASCIMENTO - Obrigada, Rodrigo! Conte com nosso compromisso. Então aqui, publicamente, pra todos vocês, todo nosso esforço aqui conjunto, será brevemente reconhecido dentro da pesquisa. E a devolutiva feita pra vocês, também é um compromisso que a gente tem no compartilhamento de conhecimento. Boa reunião pra vocês! E muito obrigada pelo espaço!

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO - Obrigado vocês! Fiquem à vontade. Partindo pro nosso próximo ponto de pauta, queria inicialmente

fazer um agradecimento enorme a todos os coordenadores de eixo, que ficaram responsáveis pela coordenação dos trabalhos no ano passado. Importante, nós teremos um trabalho mais efetivo ainda este ano dos articuladores, porque nós precisamos estimular os Tribunais a realizarem as fiscalizações que estão lá planejadas, disponíveis no nosso site. Nós estamos com um pequeno atraso na fiscalização do Eixo 2. Depois nós precisamos, inclusive, contribuir com a Jumara, para que nós tenhamos essa fiscalização. A Jumara acabou ficando sozinha no Eixo 2. E essa experiência da solidão da nossa coleção precisa nos sensibilizar para que nós consigamos distribuir os eixos de maneira mais equânime. Então eu quero deixar aqui o agradecimento a esse trabalho e dizer que temos uma fiscalização que nós chamaremos de uma fiscalização nacionalizada. Ela nasceu da base, da escolha de vocês, se apropriou de um acordo que a Atricon tinha feito com o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a quem eu quero agradecer também. Mas nós teremos na fiscalização coordenada uma fiscalização nacionalizada, que sempre vejo com o esforço da nossa cooperação, do nosso trabalho e do nosso consenso. Mas nós precisaremos também estimular os Tribunais que se utilizem da fiscalização das outras pautas que foram colocadas, que exigiu um trabalho de vocês muito grande. Assim tenho certeza que se nós conseguimos fazer em um volume adequado, nós teremos bons resultados nacionais para demonstrar. Dito isso, queria discutir com vocês, queria ouvir vocês primeiro, se os nossos eixos organizados ano passado, eles contemplaram aquilo que vocês entenderam ou entendem como necessário a ser fiscalizado na política educação. Se a fiscalização no desejo de vocês pode ser reconhecida em algum desses eixos ou se ficou faltando alguma coisa, alguma temática, alguma classificação, que nós devêssemos incluir nos nossos eixos para o próximo período. Eu abro a palavra para vocês se manifestarem a esse respeito. O silêncio não vale, gente. Tem um combinado. Eu levanto a bola, alguém chuta.

A SR.ª LÍGIA CÁSSIA ROCHA BRAGA - Então eu vou falar. Boa tarde pra todos! Boa tarde, conselheiro Rodrigo! Que bom a gente tá aqui de volta, né, nessa reunião aqui, vendo todo mundo, alguns até que a gente encontrou agora em Salvador, e outros que a gente gostaria também que estivessem lá com a gente. Eu vejo que os eixos que foram trabalhados, principalmente, vamos dizer, o eixo de infraestrutura é comum, todo o Tribunal faz esse trabalho, né? Acredito que sim, de verificar a estrutura das unidades

escolares. Então assim já foi dentro de um trabalho que, acredito, está na maioria dos planos anuais de fiscalização dos Tribunais de contas, há sempre esse trabalho a ser desenvolvido. Aqui também sempre mantemos. Então todo ano a gente já executa esse tipo de trabalho, relacionando até com outros juntos também da educação, acompanhamento de meta, mas também vendo esse impacto da questão da qualidade da educação que entra também a infraestrutura. O eixo da intersetorialidade, a gente vai fazer aqui no Tribunal, até que a gente conseguiu lá no grupo elaborar uma matriz de planejamento. Nós vamos, já está no nosso plano de fiscalização, fazer a intersetorialidade. E agora os demais eixos, às vezes, pela própria dificuldade, o da Jumara, coitada, ela fica sozinha, porque é um eixo difícil de ser trabalhado, e ficamos até pensando como vamos executar. Não temos todo aquele conhecimento pra até poder fazer. E realmente, às vezes, ficou um eixo que ficou sozinho. É mais difícil em função disso, por causa das particularidades mesmo dos próprios objetivos do eixo. Então, eu acho que todos esses eixos foram importantes sim. E vejo assim, diante de todas essas discussões do Comitê, do grupo, que a gente tem conversado com tantos colegas, já vemos a necessidade de novos eixos, já começamos a pensar em novos eixos, como tem até na proposta agora também pra gente discutir nessa pauta, né?, os novos eixos agora pra serem discutidos. Então, eu acho que foi muito amadurecimento de toda equipe que estava compondo o Comitê, pra gente agora pensar nesses novos eixos ou manter os mesmos eixos que sempre ficam, e a gente, talvez, não ficar com pontos. Eu acho que a infraestrutura fica muito como um ponto de fiscalização pra ficar só com um eixo, né? Eu acho que ela entra dentro de um eixo, por exemplo, na qualidade da educação infantil, da pré-escola, do ensino médio. Ela é um item de verificação. Eu acho que até o trabalho pra se fazê-la como um eixo, ela deveria ser mesmo um item de verificação dentro de um eixo macro.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO - Temos uma sugestão aqui pra trabalhar. Vamos verificando isso na sequência. Mais alguém gostaria de fazer alguma ponderação, os eixos funcionaram ou não funcionaram?

A SR.^a ADRIANA ARINELLI FERNANDES - Boa tarde, Rodrigo! Aqui é Adriana, do TCM-RJ. É a primeira reunião da qual eu participo, assim, do Comitê, né? Nós nos

conhecemos aqui no NTC. E o que eu vou falar pode até já ter sido discutido, eu peço desculpas se for o caso, porque eu não consegui, eu peguei muita coisa com a Ketz, enfim, isso já pode ter sido sugerido e refutado. Mas vejo um foco muito grande nos planos de educação, no Plano Municipal de Educação, e da necessidade do link das fiscalizações com algumas das metas do PME. E a gente está fazendo muitas das nossas fiscalizações aqui vinculadas ao plano de educação. Então assim, uma ideia seria a gente escolher uma meta e fiscalizar em conjunto essa meta do PME. Porque assim, muitos desses assuntos dos eixos me parece claramente ligados às metas, mas não sei se houve esse link direto. Então seria essa a sugestão, da gente escolher uma meta do PME ou vincular a escolha dos objetos de fiscalização aos planos de educação. Obrigada!

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO - Obrigado, Adriana! Seja muito bem-vinda a esse nosso Comitê! Mais alguém gostaria de fazer algum comentário? Eu vou aqui, então, dizer o que nós tínhamos sugerido para validação de vocês com a reflexão que vocês refletissem, levassem em consideração o comentário da Adriana e o comentário da Lígia. Eu vi que Adrissa levantou a mão, a Rachel levantou a mão. Então, antes de propor, vou ouvi-las por deferência a este dia especial, inclusive, mesmo que não o fosse, eu o faria. Mas como hoje é o dia de vocês, eu farei duplamente. Vou passar pra Rachel, primeiro, Adrissa, que ainda não se manifestou, e depois passo pra você. Tudo bem? Rachel, por favor, “gravadinha” do ano.

A SR.^a RACHEL CAMPOS PEREIRA DE CARVALHO - Ei, gente, tudo bem! Que saudade de todos vocês! Eu queria fazer um comentário que não diz respeito propriamente à temática de fiscalização, mas que diz respeito a um obstáculo que, a meu ver, ou pelo menos aqui, no meu Tribunal, que é Minas – não precisa nem dizer, né?, pelo sotaque –, que ainda existe, e é muito forte, que é a questão da grande resistência das equipes técnicas com relação às ações que vem sugeridas pelos órgãos do sistema Tribunais de contas e Atricon. Então, eu acho que tivemos um avanço grande, porque a gente conseguiu, de alguma maneira, fazer diferente do que a Atricon vinha fazendo, porque o diferencial desse Comitê é justamente a participação muito atuante, de maneira muito autônoma, com a liberdade que o conselheiro nos conferiu pra atuar e fazer todas

as proposições. Vejo isso como um grande avanço, mas acho que a gente ainda não conseguiu comunicar esse avanço para as respectivas áreas técnicas. De modo que ainda há uma grande resistência ao que chega. Eu não sei como ficou nos Tribunais a sugestão para inclusão das fiscalizações dos outros eixos para os planos de fiscalização de 2023. Aqui no Tribunal, a gente conseguiu, assim, a duras penas, a inclusão no plano de fiscalização da fiscalização ordenada, e ainda assim com muita resistência, com uma necessidade de um trabalho muito forte da nossa parte, do grupo de sensibilização da Naila, do Gilson, da Sara, enfim, pra que a informação chegue lá na ponta. Então a minha percepção da experiência que eu tive, como coordenadora do Eixo 01, e agora que a gente tá chegando na finalização, quase que na entrega da fiscalização ordenada, que vai ocorrer no dia, começa a ocorrer no dia 24 de abril, eu acho que precisamos pensar muito fortemente em uma estratégia para comunicar com as áreas que vão, de fato, executar, sob pena de trabalharmos em vão, de a gente desenvolver um trabalho bem desenvolvido sob o ponto de vista metodológico, sob o ponto de vista técnico, e essa atividade não ser aproveitada pelos Tribunais, como ela poderia ser. Então assim, acho que a gente precisa pensar nisso.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO - Muito bem, Rachel! Eu tenho aqui, em nosso Tribunal, a gente tem tentado trabalhar isso, não é Paulinha? Então a gente entende realmente, eu acho que é importante, e cabe a cada um de nós aqui fazer no seu próprio Tribunal. Eu acho que vale muito o alerta. Muito obrigado aí pelo alerta, porque quando a gente olha as fiscalizações de todos os eixos, apesar de um ter mais apelo que o outro, às vezes, no primeiro momento por ser de mais fácil identificação como o Tribunal atuaria. Quando você olha que está planejado pelos outros eixos, você percebe que tem um campo enorme pra gente fazer uma atuação extremamente transformadora em favor da vida das pessoas que necessitam da escola pública. Então quero lhe agradecer ao alerta e passar a palavra pra Adrissa, depois Naila e depois Rachel.

A SRª ADRISSA M. CAMPELO - Obrigada, conselheiro! Antes de qualquer coisa, eu gostaria de concordar com o que a Rachel falou. É uma preocupação que eu tenho também. Eu queria até confirmar com vocês do Comitê, conselheiro, da alta cúpula do

Comitê, se existe uma expectativa. Porque eu tinha entendido que, assim, a gente teria os quatro grupos, faria os quatro trabalhos, teriam os quatro eixos e que o Comitê centraria em tentar fazer com que todos os Tribunais, ou pelo menos a maioria deles, trabalhassem pelo menos um. E esse um, tendo sido eleito por nós, o que trata da infraestrutura. E os outros trabalhos, obviamente, também foram feitos e ficariam dentro de uma possibilidade de cada Tribunal, ou não, avaliar se conseguiria fazer mais que um, dois, os quatro, enfim. Eu tinha entendido meio que a expectativa primeira seria essa, de garantir que a gente conseguisse que todos fizessem pelo menos um, e que esse um fosse o da infraestrutura da escola, que é o que a gente vai ter a reunião agora. Estou equivocada nessa leitura? Porque assim, lá no Tribunal, assim como a Rachel expôs as dificuldades que eles tiveram, a gente também, por contas de outras demandas que a gente já tem até do próprio Tribunal, aí demandas do Gaepe, que a gente tem lá e outras instituições, dificilmente a gente conseguiria dar conta de incluir ao nosso plano de fiscalização mais do que uma, quiçá duas dessas fiscalizações sugeridas pelo Comitê Técnico de Educação. Então eu queria entender, antes de mais nada, se existe uma expectativa, existiria ou se realmente de fazer mais de uma fiscalização os Tribunais, ou não. Porque eu imagino que seja meio complicado diante dessas várias demandas que a gente acaba tendo que atender dentro do Tribunal, não só de Comitê Técnico, de Atricon, mas, enfim, das próprias outras instituições que estão ali, próximas da gente, que esperam algum apoio, algum tipo de fiscalização mais específica.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO - Adrissa, vou te responder nesse ponto apenas, pra não gerar mais divergência. Sua leitura está certa. Foi exatamente isso. Só que eu acredito, assim, pra fazer um balanço, uma leitura do que aconteceu, o nosso avanço se deu mais entre as instituições do sistema do que entre os Tribunais. A gente nem mirou nesse lugar, mas acabamos acertando. Esse fato de nós termos trabalhado de maneira ordenada com a Atricon essa fiscalização, de uma certa forma nos demonstrou um modelo que pode funcionar bem, que é o Comitê Técnico de Educação fazer uma elaboração e poder contar com a Atricon pra fazer uma mobilização. Então isso acabou sendo demonstrado como positivo. E pra isso, a nossa conversa com o TCU, com a Renata, no Projeto Integrar, tem sido muito produtiva; o Alípio tem nos ajudado também nesse diálogo. E o fato de o TCU estar olhando para as

necessidades do Comitê Técnico de Educação, de maneira a unificar os seus trabalhos, também nos permitiu avançar na direção de não chegar com várias coisas de vários lugares diferentes. Podem chegar várias, mas elas estão centralizadas, tem uma espécie de filtro. Como então nessa estratégia que nos foi demonstrada exitosa com a mobilização da Atricon... Porque, ora vejamos, nós estamos tendo sucesso na primeira expectativa, que é conseguir uma fiscalização realizada por 100% dos Tribunais de contas. Isso é um... A gente está tratando como se fosse normal e natural, mas não é. É uma conquista muito grande, e que só foi possível pela participação de vocês. Eu estou sendo redundante dizendo isso? Talvez esteja, mas o reconhecimento faz parte do nosso trabalho. Nós precisamos ter o reconhecimento para as pessoas se estimularem a fazer esse trabalho que nós estamos fazendo. Então como nós conseguimos isso? Nós estamos, de maneira audaciosa, tentando forçar um “pouquinho” a mão, né? Porque é igual à negociação, se te oferecem 100, você pede um pouquinho mais. Se você quer comprar mais barato, você pede um desconto a mais. Então nós estamos nessa fase. Se a gente conseguir avançar, a gente vai avançar. Aqui no Tribunal, eu estava lá, quando a Paulinha estava propondo o PACE, que é no nosso Plano Anual de Controle Externo, eu ficava assim “mas você não vai incluir mais uma não, você vai deixar essa de fora?”. E ela ficava assim, “não conselheiro, essa a gente já fez ano passado”; “não, mas a gente não vai monitorar ela não?”. Então assim, do processo de negociação. Quanto mais conseguirmos avançar, a gente vai dando maturidade a outros Tribunais pra conseguir contribuir depois nesse processo de retroalimentação do que a gente vai decidir. Então é isso. Se a gente não conseguir, ok! Mas a gente vai forçar um pouquinho a mão até em homenagem aos nossos colegas que produziram fiscalizações em outros eixos. Está esclarecido?

A SRª ADRISSA M. CAMPELO - Tá demais.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO - Pra além disso, eu entendo assim, já falando um pouquinho das sugestões que vieram aqui, a gente tem tido uma participação muito grande e o envolvimento melhorou muito, assim, eu não posso reclamar, hoje. Olha, veja bem! A gente fez um pedido aos Tribunais de contas pra contribuirmos com uma minuta de compatibilização dos planos de educação

com os orçamentos, com as peças do planejamento governamental. Foi um trabalho, fruto de um GP, que nós fizemos ano passado, a Lígia coordenou pra nós. Nesse último momento, 16 Tribunais se manifestaram. Olha bem! Eu não tinha expectativa de que tantos Tribunais respondessem a esse pedido. E agora, amanhã, a gente vai designar um conselheiro para relatar. Então na instância de conselheiros, nós vamos iniciar um processo, criar um relator pra propor. Então, a instância de membros vai encaminhar aos Tribunais de contas o produto desse trabalho que nós estamos fazendo. Isso é um processo de amadurecimento do Comitê. Então isso vai acontecer outras vezes. Pra além disso, é o que eu queria abordar também anteriormente, nós estamos vendo aí o Gaepe, Gaepe-RO; tem o Gaepe-GO, -Fernanda, me ajuda! -; tem o Gaepe-PA, Arquipélago Marajó; o Piauí é o último porque vai ser inaugurado ainda. Tem o Gaepe-PI, então, que vai começar. Tem uma experiência que não é exatamente com o nome de Gaepe, mas tem uma experiência no Mato Grosso, se não me falha a memória, e tem uma experiência no Rio Grande do Sul, que também é uma experiência de articulação com outras entidades. O que é importante pra nós? Que os Tribunais que têm esses instrumentos, que estão trabalhando esses instrumentos, tragam o fruto da discussão deles para os eixos, para que a gente tente transformar essa experiência em objeto de fiscalização nacionalizadas também. Porque assim, se tem uma coisa que a gente aprende discutindo educação, é que os problemas não são muito diferentes de um lugar para o outro. Claro que existem particularidades. Vocês não vão dizer que estou falando por aí que educação é tudo igual em todo lugar, não é. Tem particularidades, mas nós somos passageiros da mesma agonia. Muitos problemas que nos atingem em Rondônia, nos atinge aqui no Espírito Santo, nos atinge em Goiás, nos atinge em Santa Catarina, no Piauí, no Amazonas, enfim. Então é fazer o movimento inverso do que estamos vendo. O que nós vivenciamos até aqui? As entidades do sistema demandavam fiscalizações, agora nós queremos que as pautas que são dos Tribunais demandem o nosso sistema, demandem o Comitê Técnico pra que a gente seja utilizado como instrumento para facilitar a fiscalização de vocês. Se vocês conseguirem emplacar uma da pauta do Tribunal de vocês, já alivia o trabalho de vocês e permite fazer uma outra. Se a gente conseguir avançar estratégica e operacionalmente pra essa realidade, a gente vai naturalmente conseguir fazer esse conjunto de fiscalização no momento seguinte. Então precisamos olhar o Comitê Técnico de Educação como esse lugar que

nos permite ter a oportunidade de planejar com outros colegas – então aliviando a nossa carga de trabalho – aquilo que é pauta do nosso Tribunal. Então faz o movimento inverso também. Tá bom? Era só isso que eu queria provocar nesse primeiro momento. Você levantou a mão de novo. A Naila está com a mão levantada, eu preciso passar a palavra pra ela. Rachel desistiu, desceu a mão. Se você for direito de réplica...

A SRª ADRISSA M. CAMPELO - Não é replica, não. É só pra complementar o que eu ia falar, até aproveitando a fala do senhor agora, pra sugerir pauta que o senhor perguntou com relação aos outros eixos. Aproveitar a sua fala, conselheiro, com relação aos trabalhos que vem sendo desenvolvidos pelos Tribunais de contas e dentro do próprio Gaepe. Só gostaria de aproveitar o contexto pra levantar a bola novamente aqui pra vocês da Busca Ativa num contexto de intersetorialidade e em um contexto de controles. Às vezes eu fico refletindo aqui, eu sinto um pouco de falta da gente buscar dar um foco, olhar pra educação, trazendo uma perspectiva de controle mesmo. Trazendo pra questão da Busca Ativa, por exemplo, só pra explicar, a gente percebeu nesses trabalhos que a gente vem desenvolvendo lá em Rondônia, desde 2020, relacionada à Busca Ativa e até aos próprios trabalhos que a gente desenvolveu com o IEDE no Permanência Escolar, a gente percebeu em Rondônia, pelo menos, uma falha no controle de frequência dos alunos. E muitas vezes, a falta desse controle de frequência, normalmente esse controle é feito de forma, no papel, é formal, então isso acaba dificultando o acompanhamento do desempenho do aluno e da frequência do aluno. E a infrequência e o baixo desempenho são fatores que indicam uma tendência – vários estudos mostram -, que eles tendem a levar essa criança ou esse adolescente a uma evasão ou ao abandono da escola. Então a melhoria desses controles, por parte da gestão, poderia ocasionar a melhoria do processo de Busca Ativa como um processo preditivo, vamos dizer assim, um preventivo de Busca Ativa. E eu acho que é um foco que a gente ainda não conseguiu dar lá, nos controles, lá em Rondônia, porque acredito que a gente poderia explorar mais aqui no Comitê Técnico, ou com essa experiência de tentar olhar pra esses controles da gestão, ou então mesmo trabalhando também a intersetorialidade, que é o foco que a gente tem dado mais lá em Rondônia, com parceria com a Unicef e com outras instituições. Então só gostaria de colocar aqui na mesa essa possibilidade de tema e de aprofundamento, até aproveitando a experiência que a gente vem tendo lá em Rondônia e que tem gerado

excelentes resultados no nosso Estado. Atualmente, Rondônia é o estado, proporcionalmente, com maior número de matrículas, de acordo com a plataforma do Unicef. Então a gente saiu de uma realidade completamente diferente, de 2020, que foi quando a gente começou a realizar o trabalho, até hoje. Não sei se outros colegas se interessam pelo tema, mas fica aqui um pontapé inicial sobre essa questão, e pra levantar aqui, no Comitê, pra gente avaliar a possibilidade de trabalhar em cima desse tema, neste ano, nos grupos. Só. Encerrei. Não vai ter réplica.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO - Adrissa, vou responder depois sobre isso quando eu for tratar das contribuições que foram dadas a esse respeito. Tá bom? Naila, por favor!

A SR.ª NAILA GARCIA MOURTHÉ - Conselheiro, quanto à provocação aí que o senhor faz e já explicou que é um choro pra gente ir um pouquinho além daquilo que já foi conquistado e realmente é uma grande conquista, eu quero me solidarizar à Jumara, que realmente ficou solitária num dos temas que, pra mim, é um tema dos mais complexos que nós temos aí e um desafio realmente a ser enfrentado. Mas eu queria trazer à realidade vivida agora por nós, articuladores, não é Adrissa?, que ficamos aí com essa responsabilidade de tentar trabalhar com os Tribunais. E acho que talvez esse momento não seria o melhor momento para que a gente incentivasse a participação e a inclusão de outros temas nas ações de fiscalização. Porque hoje, o que a gente ainda tem é uma desconexão muito grande de informação dentro de cada um dos Tribunais. Então pra que nós conseguíssemos a adesão e a indicação de facilitadores pra essa ação, que me parece que teremos 100% aí dos Tribunais participantes, muita coisa ainda falta, sabe, conselheiro? Ou seja, técnicos responsáveis pelo IRB que ainda não tinham a noção se o próprio Tribunal iria ou não participar, sequer tinham a informação do instrumento de adesão da participação do seu Tribunal para indicação de facilitadores. Então não sei se o momento mais oportuno pra incentivar a participação e a inclusão de outras ações seria esse o momento. Ou talvez a apresentação dos resultados obtidos por essa primeira iniciativa. Eu acho que a gente precisa caminhar pelo caminho da sedução. Olha onde nós avançamos, onde nós estamos, a economia de trabalho, de recursos humanos

que foi feito com essa ação de caráter nacional para, a partir daí começar a estimulação de outras ações já previstas. Era isso. Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO - Tudo bem! Mais alguém gostaria de falar. Eu vou fazer o comentário aqui, tentar fazer o encaminhamento desse ponto de pauta. Mas pergunto se alguém mais gostaria de falar.

O SR. O SR. GILSON SOARES DE ARAUJO - Vou dizer que a colocação da Naila foi perfeita. E uma boa tarde aí pra todo mundo, que eu não tinha falado!

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO - Olá, pai, tudo bem!

O SR. GILSON SOARES DE ARAUJO - Olha a cara aqui como é que tá. Mas é isso, só acrescentar aqui o que a Naila falou, que estamos nessa luta há alguns dias, eu, Naila e Adrissa, pra conversar com o pessoal dos Tribunais, de cada Tribunal, os técnicos. E a gente tá percebendo ainda essa falta de comunicação. Muitos técnicos do próprio Comitê não estavam nem sabendo. Houve tribunais que indicaram facilitadores que não eram os técnicos do Comitê. Então eu acho que esse primeiro trabalho vai servir para que, ao final dele, a gente possa avaliar, inclusive, como a gente vai fazer esses próximos trabalhos do Comitê. Eu concordo com Naila, eu peguei já o “bonde andando” da reunião, mas acredito que não seja o momento agora de a gente tentar esticar - nós estamos falando aqui entre amigos – mais do que já está esticado essa corda, porque o trabalho que eu e Naila tivemos esses dias, que a gente pensou que ia ser o trabalho mais tranquilo de articulação, não foi nada tranquilo. A sensação que tinha era que a gente estava pedindo um favor. Eu tô falando bem abertamente com vocês, a maioria aqui me conhece e sabe como eu sou. A sensação era essa, que a gente estava pedindo um favor para que o Tribunal participasse desse trabalho que, inclusive, os próprios presidentes - eu já vi - desses Tribunais já haviam sinalizado. Mas a gente teve também experiências incríveis. Não sei se o pessoal de Roraima tá aqui, que o presidente dele tinha sinalizado que não ia participar, e a gente conseguiu reverter. E hoje temos 100% dos Tribunais, pelo menos, que assinaram o acordo para participação. Temos ainda um caso ou outro de Tribunal relutando. A gente tá conseguindo que pelo menos essas

peçoas participem da reunião de sexta-feira, esses facilitadores, pra que eles entendam como vai ser o trabalho e como pode ser grandioso um trabalho desse com 100% de participação de todos os Tribunais.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO - Obrigado, Gilson! Um prazer enorme estar aqui com você. Eu fiz uma brincadeira aqui, e vou me permitir fazer porque você é um querido nosso, e todos nós conhecemos e gostamos muito. Mas hoje, no Dia Internacional da Mulher, a gente consegue ver a diferença do que a mulher passa com pequenas coisas. Eu vou fazer uma pergunta pro Gilson. Você foi ao congresso na Bahia, não foi?

O SR. GILSON SOARES DE ARAUJO - Fui sim.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO - Quanto tempo de nascido está a sua última filhinha?

O SR. GILSON SOARES DE ARAUJO - Deve estar com 35 dias por aí, um mês e um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO - Se fosse mãe, ele tinha ido, hein, Rachel?

A SR.ª RACHEL CAMPOS PEREIRA DE CARVALHO - Olha, eu, inclusive, falei com o conselheiro que você foi pra descansar, Gilson. Desculpa!

O SR. GILSON SOARES DE ARAUJO - Exatamente! Era a melhor parte do congresso quando chegava à noite, e eu estava num quarto de hotel sozinho.

A SR.ª RACHEL CAMPOS PEREIRA DE CARVALHO - E são três, né, Gilson?

O SR. GILSON SOARES DE ARAUJO - Fernanda não foi jantar porque descansar. Todo mundo exausto.

A SR.ª RACHEL CAMPOS PEREIRA DE CARVALHO - Todo mundo exausto. E eu falei, "mas são três filhos, Gilson? "Três filhos". Gente do céu!

O SR. GILSON SOARES DE ARAUJO - Aproveitando este dia hoje que tá comemorando o Dia das Mulheres, muita gente me pergunta aqui, os colegas, “Gilson, como é que tu dá conta, doutorado, dá aula e tudo?”. E eu falo que é porque eu sou o homem da relação, porque, realmente, se fosse a mulher não dava conta, porque o trabalho da mulher é mais exaustivo e exige muito mais. Então estamos longe de chegar ao tanto que as mulheres trabalham. Eu tento ajudar o máximo. Minha mulher reclama é muito também aqui, que eu não ajudo. Agora ela tá mandando “cadê tu, que os meninos tão aqui tudo chorando”. E eu tô aqui entre uma reunião e outra. Mas é isso, pessoal.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO - Mas é legal o testemunho porque a gente tem que reconhecer, E, na prática, essa dificuldade que muita gente não reconhece. Então a gente precisa, em cada momento, com a delicadeza, a sensibilidade necessária, reconhecer aí o esforço que as mulheres fazem no dia a dia. Então, desculpa se eu fui invasivo nessa particularidade.

O SR. GILSON SOARES DE ARAUJO - De forma alguma.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO - Maíra, você está com a palavra. Obrigado pela participação, Gilson!

A SR.ª MAÍRA OLIVEIRA NORONHA - Boa tarde! Muito bom rever vocês. Quem eu não vi semana passada, muito bom ver. Complementando o que a Naila e o Gilson falaram, além da gente, eu acho muito importante o que eles trouxeram, porque além de garantir o espaço de ter a participação de alguns representantes dos Tribunais de contas, eu chamo a atenção pra outro ponto, que é a gente, como grupo, ter tempo de amadurecer alguns temas, alguns conhecimentos dentro de cada um desses temas. Então quanto mais a gente se aprofunda em um tema, a gente percebe que ele é mundo, e que tem mais a fazer ali. Então de repente, eu não sei se é o caso de avaliar tema por tema, mas o que eu observo é, por exemplo, vou dar o exemplo de infraestrutura, é o mundo. A gente faz um recorte pra poder dar conta e conseguir fazer o trabalho que seja em formato nacional. Aí a gente vê aquele recorte, mas ainda tem tanto pra se ver, né, por exemplo, dentro de infraestrutura, o tema de Jumara. É um tema muito rico, muito complexo e que tem particularidades que tem que ter todo um cuidado de abordagem.

Então, às vezes, se a gente ficar mudando de um tema pra outro, pode ser que a gente não consiga amadurecer o conhecimento do grupo dentro daquele tema, ou explorá-lo de uma forma que seja mais adequada ou mais aprofundada. Só pra gente ter essa reflexão também.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO - Obrigado, Maíra! Eu vou então, diante dessas manifestações últimas, tentar fazer o encaminhamento englobando as participações da Lígia, da Adriana, da Adrissa, que contribuíram aqui com o que nós estabelecemos. Nós temos uma sugestão muito sutil de atualização dos eixos. Porque nós entendemos, assim como a Naila, assim como o Gilson, assim como a Maíra pontuaram, que os nossos eixos foram uma trilha importante para que nós colocássemos dentro deles as situações problemas que nós identificamos que deveria merecer a nossa atenção na fiscalização. A informação, as pistas, a sugestão que foram colocadas aqui pela Lígia, pela Adriana também e pela Adrissa, eu acho que elas cabem muito dentro desses eixos. Por exemplo, nós temos na questão do Plano Nacional de Educação, se nós distribuirmos ele, ele se encaixa dentro desses novos eixos, caso a gente queira pegar alguma situação problema de alguma meta do plano de educação específica. Pra além disso, nós estamos finalizando um trabalho que vai tentar colocar o plano de educação no orçamento. Então, entendo que estamos contemplados nessa direção. A questão da infraestrutura, que é uma questão que a Lígia trouxe, traz sempre uma necessidade grande que deveria ser de verificação, é importante a gente ter a base estrutural e o padrão de qualidade como eixo, porque a gente precisa reconhecer o seguinte: “olha, nós estamos olhando a situação das nossas escolas hoje o quão precárias elas estão. Nós ainda não conseguimos dar o passo comparativo do tamanho que ela deve ter, o espaço coletivo de lazer, o espaço de circulação, o tamanho das salas de aula, os espaços pedagógicos que ela deve ter”. Então esse eixo, com esse padrão de qualidade, entendo que ele deve continuar aqui. A Busca Ativa que a Adrissa muito bem colocou, eu entendo que é uma situação problema que cabe no eixo da intersetorialidade. Porque veja, a gente tá falando em Busca Ativa na educação, mas lá na assistência social, já fala em Busca Ativa no tempo. E se você for olhar, o público-alvo é exatamente o mesmo. E quem tem a maior capilaridade na rede é a saúde. Então, se a gente conseguisse, de alguma forma, induzir os agentes

comunitários de saúde ao momento de fazer as visitas domiciliares tivessem um olhar de perceber quem não está na escola, ou quem não está sendo contemplado com benefício de transferência de renda, sendo público-alvo, seria importante. Estou aqui só falando de exemplos, pra manter no sentido de manutenção dos eixos como eles estão, pra não fazermos uma mudança e caminhar na direção do amadurecimento, que a Maíra propôs. Nesse sentido, o meu único acréscimo estaria no eixo que a Jumara coordenou. O eixo é assim: base curricular e estratégias pedagógicas. Eu colocaria o eixo da seguinte forma: base curricular, estratégias pedagógicas e carreira. Porque para implementação de uma base pedagógica estruturada eu preciso saber como estão alocados e distribuídos os profissionais em suas carreiras. E o levantamento que o BID nos propôs hoje foi exatamente de carreira e não tinha nada nosso que permitisse o olhar pra carreira. Então talvez o primeiro movimento que nós temos que fazer é de olhar a carreira, de olhar a distribuição docente nas nossas redes pra conseguir perceber nessa distribuição docente se nós temos condição de implementar a base nacional comum curricular, por exemplo, se ela tá assistida, se nós temos professores de língua portuguesa em número suficiente para o número de aulas que estão previstas na base nacional comum curricular; professores de matemática suficientes para a implementação da base nacional proposta. Enfim, então eu acrescentaria o termo carreira no Eixo 2. Os outros, eu manteria da forma, se tiver a concordância de vocês: "base estrutural e padrão de qualidade, que é o Eixo 1; base curricular e estratégias pedagógicas e carreiras, seria o Eixo 2; formação, avaliação e verificação de resultados, seria o Eixo 3; e, intersetorialidade na perspectiva cidadã, seria o Eixo 4. Então, falando dos eixos, Jumara e Priscila levantaram a mão. Vou passar a palavra pra Jumara; em seguida, passo a palavra pra Priscila.

A SR.^a JUMARA NOVAES SOTTO MAIOR - Então, boa tarde a todos! Acho que estou me dirigindo a vocês, agora, aos que conheço, aos que vi em Salvador, aqui, na semana passada, e ao conselheiro, que há algum tempo já não nos encontrávamos. Conselheiro, considero extremamente pertinente essa sua sugestão, especialmente por dois aspectos. Primeiro, pela participação no Comitê, no Grupo Doação Docente, cujos resultados, parte deles, foi aqui apresentado por nós, apresentado no início dessa reunião. E segundo, porque, como articulação, o que o Eixo 2, até onde avançamos, um

dos recortes, ou melhor, o principal recorte está exatamente na formação docente. E, portanto, isso, na minha forma de ver, sim, se relaciona a carreiras. E acho que, com isso, se torna o Eixo 2 ainda mais robusto e mais desafiador. Nós falamos aqui da solidão. Na verdade, nós temos parceira, sim, colegas, da própria Naila; a Maíra, que no final do ano se aproximou; a Rhauá, que está aqui conosco, e Gisete, de Alagoas. Nós precisamos juntar esses afetos pra avançar até onde construímos a nossa proposta para o Eixo 2, sabendo ele de sua complexidade e da necessidade de, internamente, amadurecermos, inclusive, aqui entre nós esse tema. Mas com isso, conselheiro, estou aqui concordando com a sua inclusão e ampliação do Eixo 2. Tá? Era isso.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO - Que bom que você concordou. E vamos em frente. Bom vê-la. Obrigado, querida! Priscila, fique à vontade.

A SR.ª PRISCILA LIMA DE CASTRO - Oi, sou eu? Conselheiro, estou com uma dúvida, certo? A primeira é se o grupo que trabalhou no planejamento da atividade, ele vai ... Primeiro se os trabalhos serão coordenados, certo? O da infraestrutura, o Eixo 1, está já tá bem delineado. Mas, por exemplo, a intersetorialidade, certo? Inclusive esse Eixo 4, ele foi um eixo que nos surpreendeu pela procura e pelo interesse de alguns tribunais em realizar o trabalho, né? E aí a minha dúvida é essa, nós vamos fazer esse trabalho, nós temos a possibilidade de fazer ordenado? Que acho que é muito salutar, inclusive se o Comitê de Educação indicar ele como uma das propostas a serem trabalhadas no âmbito do Comitê da Primeira Infância, na realidade. E a minha outra dúvida é se os eixos, eles vão propor novos trabalhos ou, à exceção do 2, que vai complementar, se eles vão propor novos, ou se a gente vai continuar atuando com o que a gente iniciou. Fiquei com essa dúvida, tá?

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO - Priscila, vamos lá! Tem uma questão que eu não abordei, que eu tenho de sugestão. Eu não sei se o (palavra inaudível) tá nessa reunião nossa, eles foram convidados, o pessoal do Comitê da Primeira Infância. Pelo interesse que o Comitê da Primeira Infância tem tido nos nossos trabalhos aqui no Comitê de Educação, pela grande participação comum de membros, de técnicos, no Comitê de Educação e no Comitê da Primeira Infância. A

minha sugestão de grupo de trabalho, o ano passado nós tivemos um grupo de trabalho da compatibilização do plano com as peças de planejamento governamental. A minha sugestão este ano é que a gente criasse um grupo de trabalho da Primeira Infância para trabalhar junto ao Comitê da Primeira Infância o trabalho da fiscalização, inicialmente, esse trabalho que foi proposto por vocês neste ano. E aí em relação à coordenação, quem coordenou o trabalho de fiscalização até aqui, tem a tarefa, a nosso ver, de continuar coordenando o trabalho dessa fiscalização. Nós vamos novamente agora perguntar a vocês – é o nosso próximo ponto de pauta - quem gostaria de ser coordenador de eixo, se vamos manter, se nós não vamos manter. Esse é o nosso próximo ponto de pauta. E a gente entende que se houver substituição do coordenador de eixo, a substituição se dará para os trabalhadores que vamos planejar para o ano que vem. Porque temos duas tarefas este ano: estimular e acompanhar a realização da fiscalização que nós planejamos para este ano; e planejar o ano seguinte. Então esses coordenadores que nós vamos perguntar se teremos novos coordenadores, se nós vamos fazer, eles coordenariam o trabalho daqui pra diante. Pode ser os mesmos, não tem problema, se eles identificarem aqui ok, a gente vai fazendo dessa forma. Então, além dos eixos, teria esse (inaudível) do Comitê da Primeira Infância. Eu vi a Carolline perguntar, fazer um comentário que tínhamos feito aqui, anteriormente – as meninas estão rindo –, que é de fazer um levantamento dos tribunais, quais as fiscalizações vão fazer. Isso nós vamos encaminhar com os articuladores de eixo pra gente ir sabendo quem tá fazendo, quem não tá fazendo, o que tá fazendo. Como já foi manifesto aí a dificuldade que teve para adesão dessa uma, a gente vai com muito jeitinho, sabendo quem está fazendo outras das fiscalizações que nós apresentamos. E aí, os nossos articuladores de eixo, até pela experiência que eles estão acumulando nesse tempo, e eu nem coloquei na pauta “substituir articulador de eixo”, porque eu acho que é importante a continuidade, principalmente neste momento, por conta de todo o movimento que está sendo feito. Porque quando a gente começou com a articulação de eixo, a gente olhou muito pra formação do Comitê. Mas olha como esses articuladores têm sido importantes pra que a gente tenha essa fiscalização coordenada, por exemplo, sendo feita por todos os tribunais. E como está sendo importante para ter o envolvimento dos técnicos de todos os tribunais nesse trabalho. Então eu entendo isso. Não sei se

respondi todas as suas perguntas. Acho que sim, mas se ficou alguma pendente, a gente volta novamente. Tá bom?

A SR.^a PRISCILA LIMA DE CASTRO - Desculpa, conselheiro. Eu acho que depois a gente teria que conversar em uma outra oportunidade especificamente sobre esse trabalho da intersetorialidade, e o Comitê da Primeira Infância. Acho que merece.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO - Claro!

A SR.^a PRISCILA LIMA DE CASTRO - Um alinhavo maior para...

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO - Eu acho, eu acredito, Priscila, assim, pelo o que temos visto, que o Comitê da Primeira Infância nasceu com muita força institucional, ele nasceu com um apelo muito forte, com muita força institucional. O empenho que o conselheiro Ferrari tem tido no Comitê da Primeira Infância, o apoio institucional que ele tem dado tem sido muito positivo. Mas nós temos uma contribuição enorme pra dar a ele, que é essa maturidade no desenvolvimento do processo de fiscalização. Então se juntar as duas coisas – por isso a proposta do grupo de trabalho –, eu entendo que teremos um grande produto. Então estou aberto pra gente conversar, nós podemos fazer uma reunião até estruturada. Fizemos semana passada com o Comitê da Primeira Infância. Estamos abertos pra continuar a conversar aqui. Mas entendo que o grupo de trabalho tem esse caráter, de tentar compartilhar essa expertise que nós temos somado ao apoio institucional que eles têm lá. Tá ok? A minha pergunta pra vocês é: então, diante dessa discussão que nós fizemos, podemos manter os eixos da maneira que nós tratamos aqui?

A SR.^a KETZA CARDOSO - Em relação à coordenação também, conselheiro, ou sobre outros assuntos?

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO - A coordenação será o próximo ponto. Só um instantinho, Alípio, por favor! Nós vamos primeiro... Nós estamos com sua demanda dona Ketza, eu vou tratar dela, pode deixar, não passará não.

A SR.^a KETZA CARDOSO - Tá bom!

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO - Alípio, com a palavra.

O SR. ALÍPIO DIAS DOS SANTOS NETO - Conselheiro e colegas, eu não sei se tá no radar do grupo algum pensamento em relação à revisão, uma nova lei do Plano Nacional de Educação, que bate aí à nossa porta, porta da vigência da atual, e, conseqüentemente, dos planos estaduais e municipais. Eu só queria levantar essa questão, porque pode ser que o tema tenha espaço pra ser discutido em algum desses eixos, ou se necessitaria de um eixo diferente, é claro, se o tema for um tema que é de interesse geral ou se pudesse ser trabalhado em um grupo, ou se não é momento ainda. Fiquei tentando encaixá-lo em um dos eixos aqui, inicialmente eu não consegui. Mas acho que de repente há espaço nos eixos que já existem pra se amadurecer a questão, na realidade.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO - Alípio, essa questão dos planos de educação nos preocupa a todos. Todos os tribunais estão preocupados com isso. Estive com o ministro recentemente para convidá-lo a fazer a abertura do nosso Sined, ministro Camilo Santana, e também tive com a secretária executiva, secretária Izolda, falando com eles, inclusive, da decisão que eles forem tomar junto ao Congresso Nacional, de prorrogação desse plano que está aí de apresentação de um novo plano de educação, eles estabeleçam, de maneira evidente, os tribunais de contas como responsáveis pelo controle dos planos. A gente sabe, tem um debate muito grande. Muita gente que acredita que os tribunais têm sim essa prerrogativa, mas ainda há pessoas que acreditam que não, e debatem isso. Então, solicitei ao ministro, e é bom informar que encaminhassem o projeto de lei pedindo a prorrogação. Porque eu acredito que o plano terá inicialmente uma prorrogação, porque ele vence em 2024. Não dá pra gente construir um plano, a gente viu o que foi esse que tá vigente, ele foi construído em 2010, aprovado em 2014. Então é difícil imaginar que deste ano pro ano que vem haverá um novo plano. Pode haver. Então se for um novo plano ou se for na estratégia de prorrogação, pedimos a ele que colocasse manifesto. Apesar de nos preocupar a todos, nós estamos esperando algum sinal que venha do Poder Executivo nessa direção, porque brevemente haverá manifestações a esse respeito. Quando essas manifestações

surgirem, nós, aqui, nos organizamos a discutir como atuaremos nessa temática. Porque entendo que nós iniciamos sem que tenha havido ainda nenhuma manifestação do Poder Executivo, entendo que possa ser prematuro da nossa parte. Então é um tema que preocupa realmente, tá no radar de todos nós. Você é parte disso, inclusive, quando eu digo que nos preocupa a todos, eu me incluo, e nós atuaremos no momento em que isso for apresentado. Se houver uma demora muito grande do Executivo em se apresentar, aí sim nós nos antecipamos para fazer as provocações pertinentes. Mas como há um novo Governo começando, tem um movimento de realinhamento da educação, a gente entende que é prudente esperar um pouco pra ver o que virá dessa propositura do plano de educação. Ok? Thaiz Braga está com a mão levantada. Por favor, faça uso da palavra.

A SR.^a THAIZ BRAGA - Boa tarde a todos; Thaiz, do TCE-BA. Vou aproveitar a oportunidade, não sei se seria para este ano, mas de qualquer jeito já deixa no radar, coloca a proposta pra que se deixe no radar, a gente vem fazendo um esforço bastante interessante, desde o ano passado, que vai culminar agora com a fiscalização ordenada em abril. E essa fiscalização tem um caráter, principalmente de levantamento. Só que os tribunais de contas do Brasil já vêm realizando, já há algum tempo, fiscalizando as suas auditorias, utilizando suas próprias metodologias no que diz respeito à auditoria na área de infraestrutura. E para a realização dessa fiscalização ordenada, esse esforço que fizemos, o grupo que vem trabalhando pra pensar metodologia, a gente elaborou um indicador bastante interessante que trata da questão da (inaudível), no que diz respeito ao equipamento de infraestrutura. Trabalhamos também com instrumento bastante debatido, foram inúmeras reuniões com instrumento de coleta de dados, que está bastante abrangente, que faz uma, ele tem uma conexão bastante interessante com aquele instrumento que já é utilizado também pelo próprio senso da educação no que diz respeito à infraestrutura. Então todos esses são elementos e materiais que foram sendo elaborados e amadurecidos. Eu acho que esse resultado é um resultado que pode ser muito bem utilizado pelos tribunais de contas em auditorias operacionais ou auditorias de maior fôlego, e que nos ajudaria também, quem sabe lá pra frente, né, de fazer algumas auditorias ordenadas. Então penso que, talvez, aí eu coloco como proposta, pensando na possibilidade de que depois, organizemos aí um grupo de

trabalho pra verificar qual foi o resultado da experiência da fiscalização ordenada, como isso foi absolvido pelos tribunais, quais são as experiências que os próprios tribunais têm no que diz respeito à realização das auditorias em infraestrutura e pensarmos aí, talvez, numa metodologia mais robusta, botada em mesa nacional pelos tribunais de contas, trazendo cada uma das suas experiência, e chegando aí em algum termo. (inaudível) pra agora, mas estou chamando a atenção, que isso pode ser um tema aí de envolvimento de trabalho dentro do Eixo 1. Obrigada!

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO - Você mesmo já deu apito ao final, né, Thaiz? A gente amadurece ele no Eixo 1, e, entendendo assim, traz pra plenária toda que a gente vai tratar. Tá bom? Claro que é importante a tentativa. Muito obrigado pela participação! Podemos então validar esses eixos e esse grupo de trabalho que tá proposto, da Primeira Infância, pelas razões aqui expostas pra gente avançar? Podemos? O último ponto de pauta tem relação com os coordenadores dos eixos. Dona Ketzta estava toda preocupada se a gente estava mantendo os eixos e os coordenadores. Porque ela nos informou, ela deu uma carteirada na gente, disse que não quer saber de nós, não vai coordenar eixo nenhum. Então precisamos substituir a coordenadora do Eixo 3. E a Rachel tá grávida, sexto mês de gravidez, daqui a três meses ganha neném, e não vai, no primeiro mês, poder ir ao Congresso da Atricon. Não tem jeito porque ela é a mulher da relação. Então a mamãe sempre fica mais ocupada. Eles fizeram a propositura da Aline, que é do TCE-BA, que é hoje coordenadora do Eixo 1, assumir a coordenação do Eixo 1.

A SR.^a RACHEL CAMPOS PEREIRA DE CARVALHO - Coordenadora, não. Aline, hoje ela é coordenadora junto comigo, e ela já assume e já faz muito mais do que eu. Assim, já ficam meus agradecimentos. Aline é maravilhosa, super competente, um doce de pessoa! E graças a ela, nós vamos conseguir ir com esse projeto até o fim, e a todo o grupo, né, gente, Thaiz, Gilson, Naila, tô vendo aqui, Bartolomeu, Maíra, todos vocês são de fundamental importância. Mas, de fato, a coordenação traz um peso maior, né?, uma responsabilidade grande, e Aline já tá me ajudando aí, com a anuência do conselheiro, a tocar esse projeto.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO - Então, a gente está com uma proposta, diante disso, de perguntar a vocês em quais eixos vocês gostariam de participar, olhando pra frente. Os trabalhos que estão planejados, ok, estão planejados e vão seguir. Se a Ketzta tiver dificuldade, como ela tá manifestando já em coordenar o acompanhamento da execução, nós vamos conversar com quem for coordenar o Eixo 3 daqui pra frente pra possibilidade de assumir esse acompanhamento, dado essa condição – que eu só fiz uma brincadeira, Ketzta sabe disso, tem nosso carinho, nosso respeito e nossa admiração –, mas vamos abrir um formulário, pra não ficar uma discussão neste momento, pergunta a vocês em qual eixo você gostaria de participar, e se você gostaria de coordenar o eixo. Ok? O formulário vai estar disponível no grupo pra vocês, o link do formulário estará lá, e daí vocês se manifestem. Se puderem ajudar com os colegas que não estiveram presentes a esta reunião, nós estamos com *quórum* alto, chegamos a 45, agora estamos com 37, outras pessoas entraram e saíram nesse tempo. Peçam pra eles se manifestarem também. E, assim, logo que a gente tiver consolidado todos os dados, a gente divulga os eixos e os novos coordenadores. Pode ser assim? Porque aí também a gente não imprimi nenhum constrangimento a nenhum colega neste momento. Estamos até pensando num prazo de até a próxima sexta-feira, não essa depois de amanhã, a outra sexta-feira como prazo para manifestação de qual eixo participar, e se desejam coordenar ou não. Pode ser assim? Ketzta, pode por favor, usar a palavra!

A SR.^a KETZA CARDOSO - Queria, na verdade, agradecer a oportunidade que tive de coordenar o eixo durante o ano de 2020. Eu pedi pra ser substituída realmente por outras demandas internas, agora, do TCE. E aí realmente fica um pouco complicado juntar todas essas demandas pra conseguir fazer um bom trabalho, né?, conseguir coordenar à altura que o CTE merece que a gente faça, que esteja realmente sempre presente, fazer reuniões rotineiras. Então vou continuar participando do CTE, continuar ajudando o coordenador do eixo, a qual vamos participar. Vou ver com Adriana, com Ricardo, o pessoal do TCM, os outros participantes do TCM. Gostei muito, viu?, de ter participado, gosto muito dos colegas, gosto muito do trabalho do CTE. É porque realmente vai ficar um pouco mais difícil, até porque vou ter muito trabalho externo durante este ano – já até comecei a fazer –, e aí vai ficar difícil coordenar uma função com a outra. Mas foi

ótimo, viu?, conselheiro? Pode ficar tranquilo quanto ao que você falou, sei que foi brincadeira. Eu gosto muito de toda a equipe, de todo o pessoal que está aqui.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO - Muito obrigado, querida! Se tem uma coisa que a gente desenvolveu nesse tempo é carinho e amizade por vocês. Então a gente acaba usando desse direito, extrapola às vezes brinca demais. Você tem o nosso carinho, o nosso respeito. Então eu posso deixar até a próxima sexta-feira o prazo pra vocês ingressarem por meio do formulário nos eixos de interesse de vocês, inicialmente. E quem quiser coordenar, manifeste lá o desejo de coordenar. O prazo é até o dia 17 de março, a Eliane está informando, lá. Tudo bem? Podemos encaminhar assim? Então, desse modo, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a nossa reunião. E convoco para a próxima.

O SR. GILSON SOARES DE ARAUJO - Pera aí! Quero lembrar a todo mundo da reunião, sexta-feira, os facilitadores. Quem for aqui facilitador da ordenada, temos reunião sexta-feira. Muito importante essa reunião, pessoal, porque vai ser nessa reunião que vai ser explicado a metodologia, as escolhas, o ranking, que foi criado, todo o trabalho que foi desenvolvido pelo Eixo 1. E todos os tribunais estão com essa ansiedade de saber como vai ser o trabalho, quais são as escolas. Então quero pedir a vocês que estão nesse grupo, se vocês não forem os facilitadores na ordenada, que vejam no seu Tribunal, podem enviar mensagem pra mim, pra Naila, pra Adriana, nós temos uma relação com todos os tribunais e todos os facilitadores indicados pra participarem dessa reunião. Eu tenho pedido, caso o facilitador não consiga participar, pra indicar alguém do Tribunal. E já estou me colocando à disposição pra depois fazer uma reunião individual pra esclarecer essas dúvidas. É muito importante essa reunião de sexta-feira para o sucesso do nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO - Obrigado, Gilson! Informo a todos que no dia 21 de março estarei lá em Teresina, com o nosso querido Gilson. Eu, Paulinha, Juliana, estaremos aí, em Teresina, pra prestigiar o lançamento do Gaepe Piauí. Imagine só, estou imaginando o que esse sujeito aprontou pra gente, né? Só Teresina, não, gente. Porque ele arrumou pra gente uma viagem de 450 km de ida e de volta. Vamos lá! A gente está acostumado. Não com essa distância

toda, porque 450 km, a gente vai de Vitória ao Rio. Então tá tudo certo! Mas só pra você entender aí o que está fazendo com a gente. Mas estamos juntos. Mas a Adrissa, pra não ficar com ciúme, o Paulo Cury estava pactuando nos 40 anos do TCE-RO fazer uma atividade lá junto com o Comitê Técnico de Educação. Apesar de ser uma semana depois do Sined. Então há essa possibilidade aí de estarmos em Rondônia duas semanas depois do Sined. Um abraço forte pra vocês. Muito obrigado pela presença de todos e de todas! Feliz Dia Internacional da Mulher! Desculpe as brincadeiras que não tenham sido apropriadas. Não foi com essa intenção. Tenho um respeito enorme a todas vocês. Vocês merecem tudo de bom! Fiquem com Deus! Um abraço! **(final)**